

## **ANÁLISE JURÍDICA**

**Projeto de Lei nº 59/2024,** de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre aprovação do Plano Municipal de Gestão de Resíduos de Construção Civil.

O Projeto atende formalmente aos requisitos previstos no art. 131, do Regimento Interno.

## I- REGIME DE TRAMITAÇÃO:

O Projeto deverá ser submetido ao rito processual legislativo

Ordinário.

## **II- COMISSÕES PERMANENTES COMPETENTES:**

Nos termos do art. 50, do Regimento Interno, opinamos para que sejam ouvidas a <u>Comissão de Finanças</u>, <u>Orçamento e Gestão Pública</u>, a <u>Comissão de Educação</u>, <u>Cultura</u>, <u>Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade</u>, e a <u>Comissão de Justiça</u>, <u>Redação</u>, <u>Ética e Cidadania</u>.

## III- QUÓRUM E PROCESSO DE VOTAÇÃO:

Nos termos do inciso II, do art. 161, do Regimento Interno, o quórum para deliberação deve ser tomado por <u>maioria simples</u> de votos dos membros da Câmara, por meio de <u>processo de votação simbólico</u>, consoante disposição regimental prevista no inciso I, do art. 163.

Palmital, 05 de novembro de 2024.

**Márcio Junior de Oliveira** Procurador Jurídico